

Coleção Jacoby de Direito Público, v. 7

J. U. Jacoby Fernandes

# SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS E PREGÃO PRESENCIAL E ELETRÔNICO

- Detalhado manual para implantação do SRP;
- Aplicação às micro e pequenas empresas;
- Recomendações para definir qualidade e quantidade do objeto;
- Jurisprudência;
- Regras do Regime Diferenciado de Contratações Públicas – RDC; e
- Comentários ao Decreto nº 7.892/2013.

6ª edição revista, atualizada e ampliada

Belo Horizonte



2015

© 2013 da 5ª edição by Editora Fórum: 2.000 exemplares  
2015 da 6ª edição by Editora Fórum: 2.000 exemplares

Coordenação editorial: Mailson Veloso Sousa  
Revisão: Barbara Ferreira Andrade

Capa: Murilo Queiroz Melo Jacoby Fernandes  
Interferência de capa: Walter Santos

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)  
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

J17s Jacoby Fernandes, Jorge Ulisses

Sistema de registro de preços e pregão presencial e eletrônico / Jorge Ulisses  
Jacoby Fernandes. 6. ed. rev. atual. e ampl. Belo Horizonte: Fórum, 2015.

636 p.

ISBN 978-85-450-0044-0

1. Preço, registro, legislação - Brasil. 2. Licitação pública - Brasil. 3. Licitação,  
legislação - Brasil. 4. Licitação pública, registro, preço - Brasil. 5. Licitação pública,  
pregão - Brasil. I. Jacoby Fernandes, Jorge Ulisses. II. Título.

CDU: 351.712(81)(094)

CDD: 341.3527

Informação bibliográfica deste livro, conforme a NBR 6023:2002 da Associação Brasileira de  
Normas Técnicas (ABNT):

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. *Sistema de registro de preços e pregão presencial e eletrônico*.  
6. ed. rev. atual. e ampl. Belo Horizonte: Fórum, 2015. 636 p. ISBN 978-85-450-0044-0.

Proibida a reprodução desta obra, por qualquer meio eletrônico,  
inclusive por processos xerográficos, sem autorização expressa do editor.

# SUMÁRIO

PREFÁCIO À 6ª EDIÇÃO .....	23
APRESENTAÇÃO (COMO ESTUDAR ESTE LIVRO).....	25

## TÍTULO 1 - SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

CAPÍTULO 1 - CENÁRIO .....	29
1.1. Conceito e definição .....	30
1.1.1. é um procedimento especial de licitação .....	32
1.1.2. efetiva-se por concorrência ou pregão sui generis.....	33
1.1.3. seleciona a proposta mais vantajosa .....	36
1.1.4. para futura e eventual contratação pela Administração .....	38
1.2. Distinções.....	38
1.2.1. entre o SRP e o SIREP (Decreto nº 449/1992) .....	38
1.2.2. entre o SRP e o Registro Cadastral .....	39
1.2.3. entre o SRP e a pré-qualificação .....	40
1.2.3.1. a pré-qualificação que antecipa a fase da habilitação .....	41
1.2.3.1.1. exemplos de aplicação.....	41
1.2.3.1.2. diretrizes para aplicação.....	41
1.2.3.1.3. pré-qualificação do objeto no RDC.....	42
1.2.3.1.4. estendendo a pré-qualificação do RDC.....	44
1.2.3.1.5. modalidade de licitação subsequente à pré-qualificação .....	44
1.2.3.2. a pré-qualificação que seleciona o objeto da licitação .....	45
1.2.3.3. a pré-qualificação como forma de credenciamento .....	46
1.2.4. entre o SRP convencional e o SRP do RDC .....	50
CAPÍTULO 2 - PRINCÍPIOS APLICÁVEIS AO SRP.....	53
2.1. Importância prática dos princípios.....	54
2.2. Princípios que regem o SRP.....	54
2.2.1. princípio da isonomia.....	55
2.2.2. princípio da legalidade.....	57
2.2.3. princípio da impessoalidade .....	59
2.2.4. princípio da moralidade .....	60
2.2.5. princípio da publicidade.....	61

2.2.6. princípio da vinculação ao instrumento convocatório .....	63
2.2.7. princípio do julgamento objetivo .....	64
2.2.8. princípio da padronização .....	65
2.2.8.1. dever de padronizar.....	65
2.2.8.2. parâmetros da padronização .....	66
2.2.8.3. supremacia do princípio da padronização.....	67
2.2.9. princípio do parcelamento .....	67
2.2.10. princípio da economicidade .....	68
2.3. Outros princípios.....	70
<b>CAPÍTULO 3 - NORMALIZAÇÃO DO SRP .....</b>	<b>73</b>
<b>3.1. Breve histórico .....</b>	<b>73</b>
3.1.1. Decreto nº 449/1992.....	73
3.1.2. Poder Legislativo e Judiciário e Tribunal de Contas.....	74
3.1.3. Regulamentação por edital.....	75
3.1.4. Decreto nº 7.892/2013 – inovações e retrocessos.....	76
3.1.5. Sistema de Registro de Preços Permanente.....	77
<b>3.2. Abrangência reguladora do Decreto Federal .....</b>	<b>78</b>
3.2.1. decreto com alcance restrito à esfera do governo .....	78
3.2.2. decreto abrangendo todas as esferas de governo .....	78
3.2.3. a opção do Decreto nº 7.892/2013 .....	79
3.2.4. Administração Federal direta.....	80
3.2.5. autarquias e fundações públicas federais .....	81
3.2.6. fundos especiais .....	82
3.2.7. empresas estatais e fundações públicas .....	82
3.2.8. demais entidades controladas .....	83
3.2.8.1. agências reguladoras .....	83
3.2.8.2. conselhos de fiscalização profissional .....	84
3.2.8.3. serviços sociais autônomos – Sistema “S” .....	85
3.2.8.4. organizações sociais.....	87
3.2.9. Poder Legislativo, Poder Judiciário e Tribunais de Contas.....	87
3.2.10. Estados, Distrito Federal e Municípios.....	88
3.2.11. demais entidades controladas .....	88
3.3. Ações na área de saúde.....	89
3.4. Convênios .....	89
<b>CAPÍTULO 4 - VANTAGENS E DESVANTAGENS DO SRP .....</b>	<b>91</b>
<b>4.1. Vantagens do Sistema de Registro de Preços.....</b>	<b>91</b>

4.1.1. desnecessidade de dotação orçamentária .....	91
4.1.2. atendimento de demandas imprevisíveis .....	93
4.1.3. redução de volume de estoques .....	94
4.1.4. eliminação do fracionamento de despesa .....	95
4.1.5. redução do número de licitações .....	97
4.1.6. tempos recordes de aquisição .....	97
4.1.7. atualidade dos preços da aquisição .....	98
4.1.8. participação de pequenas e médias empresas .....	98
4.1.9. vantagens para os licitantes .....	99
4.1.10. transparência das aquisições .....	99
4.1.11. redução dos custos da licitação .....	100
4.1.12. maior aproveitamento de bens .....	100
4.2. Desvantagens do Sistema de Registro de Preços .....	100
CAPÍTULO 5 - IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS .....	103
5.1. Conveniência da setorialização .....	103
5.2. Escolha dos servidores .....	103
5.3. Modelo de portaria .....	104
5.4. Audiência prévia e IRP .....	105
CAPÍTULO 6 - 1ª ETAPA: ORGANIZANDO O CAOS .....	107
6.1. Levantamento de dados: exercícios anteriores .....	107
6.2. Levantamento de dados: expectativas de aquisições .....	109
6.3. Recomendações importantes .....	111
CAPÍTULO 7 - 2ª ETAPA: TRATAMENTO DOS DADOS COLETADOS .....	113
CAPÍTULO 8 - 3ª ETAPA: DESCRIÇÃO DO OBJETO E DA QUALIDADE .....	115
8.1. Equívoco: comprar pelo menor preço, sem qualidade .....	115
8.1.1. ausência de treinamento .....	115
8.1.2. menor preço: não é regra absoluta .....	116
8.1.3. a errada compreensão de decisões dos órgãos de controle .....	116
8.2. O dever jurídico de garantir a qualidade .....	117
8.3. A possibilidade jurídica de indicar marcas .....	120
8.4. O dever de padronizar .....	122
8.4.1. a padronização de marcas .....	124
8.4.2. a padronização pela continuidade .....	126
8.4.3. como fazer a padronização – 7 passos .....	127
8.5. Pré-qualificação de produtos para compras em larga escala .....	127
8.6. A exclusão de marcas .....	129

<b>8.7. A indicação de características definidoras da qualidade</b> .....	129
<b>8.8. A marca como condição de garantia</b> .....	132
8.8.1. condição de garantia e a licitação dispensável.....	132
8.8.2. peça necessária à manutenção do equipamento.....	134
8.8.3. período de garantia técnica .....	135
8.8.4. fornecedor original do equipamento .....	136
8.8.5. aquisição junto ao fornecedor original .....	136
8.8.6. peças genuínas.....	136
<b>8.9. Boas práticas</b> .....	137
8.9.1. exigência de amostras do produto .....	137
8.9.2. padronização de produtos e marcas .....	138
8.9.3. caderno de especificações e <i>As built</i> .....	141
8.9.4. banco de qualidade .....	142
<b>8.10. Qualidade dos serviços</b> .....	142
<b>8.11. Jurisprudência</b> .....	143
<b>CAPÍTULO 9 - 4ª ETAPA: DEFINIÇÃO DE QUANTIDADES</b> .....	145
<b>9.1. Fixação de padrões mínimos de consumo</b> .....	145
<b>9.2. Expectativas de consumo confiáveis</b> .....	146
<b>9.3. Quantitativos máximos de aquisição</b> .....	147
<b>9.4. Registro de preços sem quantidades</b> .....	147
<b>9.5. Definição de lotes</b> .....	147
9.5.1. Definição de lotes para compras.....	148
9.5.2. Definição de lotes para serviços .....	148
9.5.3. Definição de lotes – economicidade para o licitante .....	148
<b>9.6. Buscando o ponto de excelência da oferta</b> .....	149
<b>9.7. A quantidade e as vantagens da economia de escala</b> .....	149
9.7.1. quadro de expectativas de consumo ordinárias .....	150
9.7.2. quadro de expectativas de consumo eventual .....	150
<b>9.8. Propostas com oferta de quantidades inferiores ao edital</b> .....	151
9.8.1. vários preços para um mesmo item .....	151
9.8.2. Cadastro reserva.....	152
<b>9.9. Como desenvolver a economia local</b> .....	153
9.9.1. Induzindo o desenvolvimento pelo parcelamento do objeto.....	153
9.9.2. Induzindo o desenvolvimento pela aplicação do estatuto da microempresa .....	159
<b>9.10. Contratação integrada</b> .....	159
9.10.1. Bons modelos de solução integrada eficaz .....	161
9.10.2 Lavanderia hospitalar e esterilização .....	161

9.10.3. Manutenção de veículos.....	163
9.10.4. Das vantagens da contratação pelo modelo de “solução integrada” .....	164
<b>CAPÍTULO 10 - 5ª ETAPA: COMPARTIMENTALIZAÇÃO E INTEGRAÇÃO .....</b>	<b>165</b>
10.1. As expectativas da organização .....	165
10.2. A importância da participação dos setores.....	165
10.3. A implantação das novas rotinas .....	167
10.4. Superando os equívocos da compartimentalização .....	169
10.5. Otimizando o tempo do planejamento .....	169
10.6. Relação entre órgão gerenciador e órgãos participantes .....	171
10.6.1. distinção entre participante e carona.....	172
10.6.2. vantagens e desvantagens de ser participante e carona.....	172
10.6.3. órgãos participantes de outras esferas de governo.....	174
<b>CAPÍTULO 11 - 6ª ETAPA: AMPLA PESQUISA .....</b>	<b>177</b>
11.1. Confronto com a licitação convencional.....	178
11.2. Banco de dados como referenciais .....	178
11.2.1. bancos de dados federais vinculados ao SIASG.....	178
11.2.2. SINAPI .....	180
11.2.3. bancos de preços privados.....	181
11.2.4. Projeto Suricato – TCE/MG .....	181
11.2.5. contratação de instituição privada para pesquisar.....	182
11.3. Terceirizar a realização da pesquisa ou não? .....	183
11.4. Terceirizando com licitação e sem licitação .....	183
11.4.1. terceirizando com licitação.....	184
11.4.2. terceirizando sem licitação – art. 24, II, Lei nº 8.666/1993 .....	185
11.4.3. terceirizando sem licitação – art. 24, inc. XIII, Lei nº 8.666/1993.....	185
11.4.3.1. instituição brasileira .....	186
11.4.3.2. incumbência regimental ou estatutária da pesquisa .....	186
11.4.3.3. reputação ético-profissional.....	186
11.4.3.4. inexistência de fins lucrativos .....	187
11.4.3.5. inviabilidade de competição é requisito para aplicação?.....	187
11.4.3.6. instituições públicas de esferas de governo diferentes .....	187
11.4.3.7. restrições jurisprudenciais .....	188
11.4.4. terceirizando sem licitação – art. 24, inc. VIII, Lei nº 8.666/1993 .....	188
11.4.4.1. contratação de órgão ou entidade.....	188
11.4.4.2. compatibilidade de preços .....	190
11.4.4.3. quem pode contratar com base nesse dispositivo.....	190

11.4.5. terceirizando sem licitação – art. 25, inc. II, Lei nº 8.666/1993 .....	191
11.4.6. terceirizando sem licitação (outros dispositivos legais) .....	191
11.5. Requisitos da ampla pesquisa .....	192
11.5.1. generalidade .....	192
11.5.2. atualidade .....	193
11.5.3. efetividade .....	193
11.5.4. parametrização .....	194
11.5.5. documentar a pesquisa .....	195
11.6. Preço de mercado .....	196
<b>CAPÍTULO 12 - 7ª ETAPA: EDITAL DO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS .....</b>	<b>199</b>
12.1. As diretrizes de um ato convocatório .....	199
12.2. Modelo de edital .....	200
12.2.1. do preâmbulo .....	201
12.2.2. do objeto .....	202
12.2.3. das condições de participação .....	203
12.2.4. do representante legal .....	205
12.2.5. das condições de habilitação .....	205
12.2.6. da habilitação jurídica .....	207
12.2.7. da regularidade fiscal .....	208
12.2.7.1. <i>Desburocratizando a exigência de regularidade fiscal</i> .....	211
12.2.8. da proposta .....	212
12.2.9. do recebimento da habilitação e da proposta .....	215
12.2.10. dos critérios de julgamento e adjudicação .....	218
12.2.11. das obrigações do licitante fornecedor .....	219
12.2.12. das obrigações da Administração .....	219
12.2.13. do fornecimento e do recebimento das compras .....	219
12.2.14. do pagamento .....	220
12.2.15. das penalidades .....	221
12.2.16. dos recursos administrativos .....	222
12.2.17. da assinatura da ata de registro de preços .....	223
12.2.18. do contrato .....	223
12.3. Exame do edital pelo órgão jurídico .....	225
12.3.1. responsabilidade do órgão jurídico .....	225
12.3.2. procedimento jurídico para exame de editais .....	227
12.3.3. cláusulas obrigatórias .....	227
12.3.4. cláusulas vedadas .....	230
12.3.5. recomendações importantes .....	232



<b>12.4. Questões práticas</b> .....	233
12.4.1. vários preços para um mesmo produto .....	233
12.4.2. vários licitantes para um item .....	233
12.4.3. preços inexequíveis .....	233
12.4.4. preços superfaturados .....	234
12.4.5. controle sobre o edital .....	235
12.4.5.1. custo do edital .....	236
12.4.5.2. edital – partes integrantes .....	236
12.4.5.3. impugnação do edital e seus efeitos .....	237
12.4.5.4. interpretação do edital .....	238
12.4.5.5. publicação .....	238
12.4.5.6. republicação .....	239
12.4.5.7. checklist do edital .....	240
<b>12.5. Os procedimentos da sessão de licitação</b> .....	242
12.5.1. diferenciais do SRP por pregão na forma eletrônica .....	245
<b>CAPÍTULO 13 - 8ª ETAPA: FORMALIZAÇÃO DO COMPROMISSO</b> .....	249
<b>13.1. Formalização do compromisso no SRP</b> .....	249
13.1.1. facilitando a formalização dos contratos decorrentes de SRP .....	250
13.1.2. entrega imediata e integral no SRP .....	251
<b>13.2. Limites às alterações</b> .....	252
13.2.1. alterações quantitativas .....	252
13.2.2. alterações qualitativas .....	252
<b>13.3. Reequilíbrio econômico-financeiro do contrato</b> .....	255
<b>13.4. Rescisão do contrato</b> .....	255
<b>13.5. Imposição de penalidades</b> .....	255
<b>13.6. Prazo dos contratos</b> .....	257
<b>13.7. Dotação orçamentária</b> .....	258
<b>13.8. Garantias</b> .....	258
<b>CAPÍTULO 14 - ATUALIZAÇÃO DE PREÇOS NO SRP</b> .....	259
<b>14.1. Fundamentação jurídica da proposta de atualização</b> .....	259
<b>14.2. Manutenção do equilíbrio econômico-financeiro</b> .....	260
14.2.1. da redução de preços .....	260
14.2.2. da majoração de preços .....	262
<b>14.3. Preços com base em tabelas</b> .....	266
14.3.1. peças para veículos em geral .....	266
14.3.2. vale-alimentação .....	270

14.3.3. medicamentos.....	271
14.3.4. alimentos perecíveis .....	271
14.3.5. livros.....	271
14.3.6. material de construção.....	271
14.3.7. água – produtos para tratamento .....	271
14.3.8. gases hospitalares e industriais.....	272
<b>CAPÍTULO 15 - COMENTÁRIOS AO DECRETO Nº 7.892/2013.....</b>	<b>273</b>
<b>15.1. Art. 1º – objeto e âmbito de aplicação.....</b>	<b>273</b>
15.1.1. objetos passíveis de licitação pelo SRP.....	273
15.1.1.1. serviços .....	273
15.1.1.1.1. recomendações para registro de serviços.....	274
15.1.1.1.2. serviços contínuos .....	276
15.1.1.1.3. locação.....	277
15.1.1.2. compras.....	277
15.1.2. âmbito de aplicação do Decreto .....	277
15.1.2.1. órgãos do legislativo, judiciário, tribunal de contas e ministério público.....	278
<b>15.2. Art. 2º – conceitos .....</b>	<b>280</b>
15.2.1. Sistema de Registro de Preços.....	281
15.2.2. ata de registro de preços .....	282
15.2.2.1. natureza.....	282
15.2.2.2. conteúdo .....	282
15.2.3. órgão gerenciador .....	283
15.2.4. órgão participante.....	285
15.2.5. órgão não-participante – “carona”.....	285
15.2.5. compra nacional .....	286
<b>15.3. Art. 3º – quando usar o SRP?.....</b>	<b>286</b>
15.3.1. contratações frequentes .....	287
15.3.2. aquisição por unidade de medida ou em regime de tarefa. ....	287
15.3.3. contratação por mais de um órgão ou entidade.....	288
15.3.4. serviços de informática .....	289
<b>15.4. Art. 4º –Intenção de Registro de Preços - IRP .....</b>	<b>290</b>
15.4.1. Art. 5º, inc. I – registrar IRP .....	294
15.4.2. Art. 5º, inc. II – consolidar informações .....	295
15.4.3. Art. 5º, inc. III – instrução processual .....	297
15.4.4. Art. 5º, IV – pesquisa de preços .....	298
15.4.5. Art. 5º, V – confirmação com participante .....	298
15.4.6. Art. 5º, VI – licitar .....	299

15.4.7. Art. 5º, VII – gerenciar ata .....	299
15.4.8. Art. 5º, VIII – renegociação .....	300
15.4.9. Art. 5º, IX e X – penalidades .....	301
15.4.9.1. dos princípios aplicáveis.....	302
15.4.9.1.1. princípio do devido processo legal.....	302
15.4.9.1.2. princípio da ampla defesa e do contraditório .....	302
15.4.9.1.3. direito de informação .....	303
15.4.9.1.4. direito de manifestação .....	303
15.4.9.1.5. direito de ver suas razões consideradas .....	304
15.4.9.2. da competência para aplicar a penalidade.....	304
15.4.9.3. da dosimetria da pena.....	305
15.4.10. prorrogação de prazo para adesão do carona .....	305
15.4.11. Art. 5º, § 1º – certificação digital .....	305
15.4.12. Art. 5º, § 2º – auxílio técnico .....	306
15.4.13. remanejamento de demandas previstas entre participantes .....	306
<b>15.5. Art. 6º – órgão participante: responsabilidades .....</b>	<b>306</b>
15.5.1. Art. 6º, I – aprovação dos atos.....	307
15.5.2. Art. 6º, II – concordância.....	307
15.5.3. Art. 6º, III – ciência da ata .....	308
15.5.4. Art. 6º, § 1º – penalidades .....	308
<b>15.6. Art. 7º – modalidade de licitação.....</b>	<b>310</b>
15.6.1. Art. 7º, § 1º – tipo de licitação .....	310
15.6.2. Art. 7º, § 2º – dotação orçamentária .....	311
15.6.3. registro por inexigibilidade de licitação .....	311
<b>15.7. Art. 8º – regra específica de parcelamento .....</b>	<b>312</b>
<b>15.8. Art. 9º – edital.....</b>	<b>315</b>
15.8.1. Art. 9º, I, II, III e IV – objeto: qualidade e quantidade.....	315
15.8.2. Art. 9º, V – condições da execução.....	317
15.8.3. Art. 9º, VI – prazo de validade do registro.....	318
15.8.4. Art. 9º, VII – relação dos participantes .....	318
15.8.5. Art. 9º, VIII – planilha de custo.....	318
15.8.6. Art. 9º, IX – penalidades .....	318
15.8.7. Art. 9º, X – minuta da ata.....	319
15.8.8. Art. 9º, XI – vantajosidade: comprovação.....	319
15.8.9. Art. 9º, § 1º – critério: desconto.....	320
15.8.9.1. limitação ao uso do critério desconto sobre tabela.....	321
15.8.9.2. licitação para eventos, congressos e seminários .....	322

15.8.10. Art. 9º, § 2º – preço diferente por localidade.....	322
15.8.11. Art. 9º, § 3º – habilitação de licitante.....	322
15.8.12. aprovação da minuta da licitação do SRP.....	323
15.9. Art. 10 – nova manifestação .....	323
15.10. Art. 11 – condições do registro .....	324
15.11. Art. 12 – prazo de validade da ata .....	325
15.11.1. a regra geral da vigência da ata.....	325
15.11.2. Art. 12, § 1º – aditamento da ata.....	327
15.11.3. Art. 12, § 2º – vigência dos contratos.....	328
15.11.3.1. da vigência dos contratos decorrentes do SRP.....	328
15.11.3.2. regra geral de prazos de contratos.....	328
15.11.3.3. serviços contínuos .....	329
15.11.4. Art. 12, § 3º – alteração dos contratos .....	330
15.11.5. Art. 12, § 4º – assinatura do contrato .....	330
15.12. Art. 13 – assinatura da ata .....	331
15.13. Art. 14 – compromisso.....	331
15.14. Art. 15 – formalização .....	332
15.15. Art. 16 – direito de preferência .....	332
15.16. Art. 17 – alteração de preço.....	334
15.17. Art. 18 – redução de preços.....	335
15.18. Art. 19 – aumento de preços.....	337
15.18.1. art. 19, parágrafo único – negociação frustrada .....	338
15.19. Art. 20 – cancelamento do registro.....	338
15.20. Art. 21 – fato superveniente.....	341
15.21. Art. 22 – não participante (carona).....	344
15.21.1. fundamento jurídico da adesão do carona – não-participante.....	345
15.21.2. anuência prévia do gerenciador – ato que favorece a corrupção .....	346
15.21.3. cartéis .....	346
15.21.4. procedimento específicos dos caronas.....	346
15.21.5. órgãos não participantes de outra esfera de governo.....	347
15.22. Arts. 23 a 29 – disposições finais e transitórias.....	347

## TÍTULO 2 - PREGÃO PRESENCIAL E ELETRÔNICO

CAPÍTULO 1 - GENERALIDADES .....	353
1.1. Conceito e características.....	353

1.2. Normalização do pregão por Medida Provisória .....	353
1.3. Regulamentação por decreto.....	354
1.3.1. pregão presencial .....	355
1.3.2. pregão eletrônico .....	355
1.3.2.1. evolução do pregão eletrônico em números.....	356
1.3.2.2. segurança no pregão eletrônico .....	356
1.3.3. convênios.....	357
1.4. Características do pregão .....	357
1.4.1. limitação do uso para compras e serviços comuns .....	358
1.4.1.1. obras e serviços de engenharia.....	363
1.4.1.2. bens e serviços de informática – esfera federal .....	373
1.4.1.3. bens e serviços de informática – demais esferas .....	374
1.4.1.4. alienação de bens .....	375
1.4.1.5. locações.....	377
1.4.2. possibilidade de reduzir o valor da proposta.....	378
1.4.3. inversão das fases de julgamento .....	378
1.4.4. unificação da fase recursal .....	378
1.5. Tipo de licitação.....	378
1.6. Forma: presencial ou eletrônico .....	379
1.7. Pregão eletrônico – generalidades .....	381
1.7.1. sistema de comunicação .....	381
1.7.2. credenciamento – condição de acesso .....	381
1.7.3. chave de identificação e senha .....	382
1.7.4. desconexão do sistema.....	383
1.7.5. proposta vantajosa aleatoriamente escolhida.....	385
1.7.6. seleção de lançadores – intervalo.....	386
CAPÍTULO 2 - FASE INTERNA.....	389
2.1. Justificativa da necessidade.....	389
2.2. Definição do objeto.....	391
2.3. Definição das exigências para habilitação.....	401
2.3.1. diferenças da licitação convencional.....	402
2.3.2. podem ser simplificadas.....	402
2.3.3. regularidade fiscal e seguridade social.....	403
2.3.4. habilitação jurídica .....	406
2.3.5. qualificação técnica .....	406
2.3.5.1. qualificação técnica - atestados .....	406
2.3.5.2. qualificação técnica – inscrição no CREA .....	409

2.3.5.3. <i>qualificação técnica profissional e operacional</i> .....	409
2.3.5.4. <i>qualificação técnica – para serviços contínuos</i> .....	410
2.3.6. <i>qualificação econômico-financeira</i> .....	410
2.3.7. <i>declaração de cumprimento do art. 7º, XXXIII, da CF/88</i> .....	410
2.3.8. <i>da habilitação de micro e pequena empresa</i> .....	411
2.3.8.1. <i>considerações necessárias sobre ME/EPP</i> .....	411
2.3.8.2. <i>da definição de micro empresa e empresa de pequeno porte</i> .....	411
2.3.8.3. <i>da regularidade fiscal – direito de saneamento</i> .....	413
2.3.8.4. <i>do questionamento sobre a qualificação como ME/EPP</i> .....	415
2.3.9. <i>habilitação no pregão eletrônico</i> .....	416
2.3.10. <i>síntese da habilitação no pregão presencial</i> .....	417
2.4. <i>Definição dos critérios de aceitação das propostas</i> .....	419
2.4.1. <i>pregão presencial</i> .....	420
2.4.2. <i>pregão eletrônico</i> .....	422
2.5. <i>Definição das sanções por inadimplemento</i> .....	423
2.6. <i>Definição das cláusulas do contrato</i> .....	424
2.7. <i>O que deve ficar documentado nos autos?</i> .....	424
2.8. <i>Designação do pregoeiro e da equipe de apoio</i> .....	427
2.8.1. <i>o ato de designação</i> .....	427
2.8.2. <i>quem deve ser designado?</i> .....	428
2.8.2.1. <i>integrante do órgão - natureza do vínculo</i> .....	428
2.8.2.2. <i>qualificação e capacitação</i> .....	429
2.8.2.3. <i>compatibilidade e desvio de função</i> .....	438
2.8.2.4. <i>atividade com dedicação exclusiva ou parcial</i> .....	439
2.8.3. <i>pregoeiro permanente ou por mandato</i> .....	439
2.8.4. <i>remuneração</i> .....	440
2.8.5. <i>equipe de apoio</i> .....	443
2.8.5.1. <i>número de membros</i> .....	443
2.8.5.2. <i>responsabilidade dos membros da equipe de apoio</i> .....	444
2.8.6. <i>atribuições da equipe de apoio e do pregoeiro</i> .....	444
2.9. <i>Edital do pregão</i> .....	446
2.9.1. <i>pregão presencial</i> .....	446
2.9.2. <i>pregão eletrônico</i> .....	454
2.9.3. <i>elaboração do edital</i> .....	457
2.9.4. <i>aprovação do edital</i> .....	458
<b>CAPÍTULO 3 - FASE EXTERNA</b> .....	<b>459</b>
3.1. <i>Convocação</i> .....	459

3.1.1. conteúdo do aviso .....	460
3.1.2. meios de divulgação .....	461
3.1.3. recomendações importantes sobre a publicação .....	466
3.1.4. prazo para apresentação das propostas .....	468
3.1.5. impugnação e esclarecimentos.....	470
3.1.5.1. contagem do prazo para impugnação .....	471
3.1.5.2. contagem do prazo para resposta pelo pregoeiro .....	473
3.1.5.3. efeitos da impugnação .....	474
<b>3.2. Credenciamento .....</b>	<b>474</b>
3.2.1. credenciamento - ato facultativo.....	474
3.2.2. participação por remessa postal.....	475
3.2.3. documentos para o credenciamento.....	476
3.2.4. forma de credenciamento .....	478
3.2.5. situações especiais.....	479
3.2.6. credenciamento no pregão eletrônico .....	482
<b>3.3. Sessão do pregão presencial .....</b>	<b>482</b>
3.3.1. abertura da sessão.....	484
3.3.1.1. roteiro prático.....	484
3.3.1.2. situações especiais.....	485
3.3.2. coleta de declaração de habilitação .....	486
3.3.2.1. declaração falsa - consequências.....	486
3.3.2.2. forma da declaração .....	487
3.3.2.3. declaração de beneficiário da LC 123 – de ME/EPP.....	487
3.3.3. entrega de envelopes proposta e habilitação .....	488
3.3.4. abertura e verificação da conformidade das propostas.....	490
3.3.4.1. rubrica e numeração de documentos.....	490
3.3.4.2. juntada do envelope.....	490
3.3.5. exame de conformidade .....	490
3.3.5.1. procedimento do exame de conformidade.....	492
3.3.5.2. objetivo do exame de conformidade.....	492
3.3.5.3. consequências do exame de conformidade.....	494
3.3.5.4. situações especiais.....	494
3.3.6. seleção dos lançadores .....	495
3.3.6.1. intervalo de dez por cento .....	495
3.3.6.2. número mínimo de três .....	496
3.3.6.3. situações especiais.....	496
3.3.7. fase de lance – julgamento e classificação das propostas .....	497

3.3.7.1. exemplificação.....	497
3.3.7.2. situações especiais.....	499
3.3.8. decisão sobre a aceitabilidade da proposta.....	500
3.3.8.1. exame da compatibilidade de preços.....	501
3.3.8.2. exame do objeto.....	503
3.3.8.3. consequências da não aceitação.....	503
3.3.8.4. do direito de preferência da ME/EPP.....	505
3.3.8.4.1. do empate de valores nominalmente diferentes.....	507
3.3.8.4.2. do procedimento do desempate.....	508
3.3.8.4.3. da licitação com item exclusivo para ME/EPP.....	510
3.3.9. documentos da habilitação.....	510
3.3.10. julgamento da habilitação.....	513
3.3.10.1. SICAF e sistemas de cadastramento equivalentes.....	513
3.3.10.2. situações especiais.....	518
3.3.11. declaração do vencedor.....	519
3.4. Sessão do pregão eletrônico.....	519
3.4.1. início da sessão.....	520
3.4.2. exame de conformidade.....	521
3.4.3. seleção de lançadores.....	522
3.4.4. etapa de lances.....	522
3.4.5. condições para lance.....	523
3.4.6. encerramento da fase de lances.....	523
3.4.7. negociação.....	524
3.4.8. desconexão do sistema.....	525
3.4.9. exame da habilitação.....	525
3.4.10. recurso.....	526
3.4.11. saneamento - período e limites.....	526
3.4.12. documentação.....	527
3.5. Fase recursal.....	528
3.5.1. momento da declaração da intenção de recorrer.....	528
3.5.2. manifestação da intenção de recorrer: forma e requisitos.....	529
3.5.3. legitimidade para recorrer.....	530
3.5.4. consequências da motivação oportuna.....	530
3.5.5. efeitos do recurso.....	531
3.5.6. apresentação das razões do recurso: prazo e forma.....	531
3.5.7. apresentação das contrarrazões do recurso: prazo e forma.....	532
3.5.8. autoridade competente para a decisão.....	532



3.5.9. prazo para decisão.....	533
3.5.10. efeitos do acolhimento do recurso .....	533
3.5.11. situações especiais.....	533
3.5.12. peculiaridades do pregão eletrônico .....	534
3.6. Adjudicação.....	534
3.7. Ata do pregão.....	535
3.7.1. sugestão de ata do pregão.....	535
3.7.2. ata preenchida.....	539
3.8. Homologação da licitação.....	540
3.8.1. limites do poder de homologar.....	540
3.8.2. publicação da homologação - desnecessidade.....	541
3.9. Convocação para assinar o contrato .....	541
3.10. Valor do contrato com o licitante remanescente .....	544
CAPÍTULO 4 - CONSELHOS DE AMIGO A UM PREGOEIRO .....	547
ÍNDICE DE ASSUNTOS .....	551